

REFORMA CURRICULAR NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

1. Há aspectos desta revisão que sublinho positivamente, como a «redução da Dispersão curricular», o «currículo centrado nos conhecimentos fundamentais», o «reforço da aprendizagem nas disciplinas essenciais», ou seja, estruturantes, nomeadamente a História e a Geografia, entre outras, a «aposta no conhecimento científico» e na «valorização do conhecimento social e humano». Na verdade, a obsessão de competências pôs em causa o significado de ensinar e determinou o esvaziamento dos conteúdos programáticos, nas diferentes matérias. Estranho é que não se tivesse compreendido que a aprendizagem de conteúdos implica forçosamente a aquisição de competências, donde a sua indissociabilidade.

Em abono da verdade, saliente-se ainda que esta obsessão pelas competências resulta do facto de a Escola se ter vindo a perspectivar como uma empresa, em que só as competências utilitárias, e isoladamente, interessam. Não é importante que os futuros profissionais pensem, o necessário é que obedeçam e trabalhem e, nesse sentido, se explica o abandono de conteúdos, mormente no ensino do Português (o que aconteceu com a Literatura, por exemplo), essenciais para alertar o ser humano a reflectir sobre a sua condição humana, onde tudo o que faz parte da Vida se inclui. Basta folhear os programas e a sua ausência de fio condutor, encharcados em TLEBS e em textos ditos funcionais e informativos para concluir da vontade de impedir os alunos de conviver com a arte, nela incluída obviamente a Literatura. Não é uma situação nova: anunciou-se na década de 80 e concretizou-se com a implementação da reforma em 2003. A ver vamos a reformulação dos programas.

2. No que diz respeito, à «eliminação da Formação Cívica, nos 2º e 3º ciclos e no 10ºano», sempre achei muito artificial esta designação de «formação cívica», porque ela mesma se integra naturalmente em determinadas matérias da componente de Humanidades, e não só. O que sei, no entanto, e por experiência, ser necessário a um professor é ter tempo para estar com os alunos, decorrente do seu cargo de director de turma. Com efeito, não posso ir para uma aula de Português e ocupá-la com a resolução de problemas apresentados pelos alunos ou por outros professores da turma. Não me parece adequado, nem correcto que um director de turma não tenha tempo no seu horário para tratar da sua direcção de turma.

3. Lembro que pedi também a atenção do Ministério para «a actualização do leque de opções da formação específica, no ensino secundário», tendo em conta o absurdo, muitas vezes, existente na apresentações dessas opções. Posso referir exemplos actuais, resultantes da nefasta reforma de 2003:

3.1 No Curso de Línguas e Literaturas, as disciplinas de Latim e de Literatura Portuguesa, que aqui seriam fulcrais, aparecem como opções, a par de Matemáticas Aplicadas às Ciências Sociais e de Aplicações Informáticas. Na verdade, como pode um professor de Português ensinar com competência a língua materna se não tiver estudado Latim, para já não falar do Grego, também ele importante? Paradoxalmente, em Portugal elimina-se o Latim (basta ver que está em vias de extinção) e nos países românicos e não românicos, caso, por exemplo, da Alemanha, da Finlândia ou dos EUA o estudo do Latim é incentivado. E como é possível também que se ouse incluir a Literatura Portuguesa numa opção quando ela é basilar no Curso de Línguas e Literaturas?

Quero acreditar que esta nova revisão da estrutura curricular terá em conta esta grave deficiência e também o facto de o Latim ter sido retirado de outros cursos da área de Humanidades.

3. Sou profundamente contrária à organização de Cursos Profissionais aprisionados ao mercado de trabalho e aos interesses das empresas, em detrimento de matérias de carácter Humanista, fechando-se a esses alunos a possibilidade de aceder à Cultura. É inaceitável o argumento de que não precisarão dessas matérias, tendo em conta o tipo de trabalho que irão realizar. É precisamente porque são seres humanos que delas necessitam, para que não se transformem em «ferramentas mortas», designação usada por Albert Einstein a propósito de um ensino direccionado ao gosto das empresas e em que os profissionais se tornam meros autómatos.

4. Fui sempre a favor da diminuição da carga horária dos alunos por considerar profundamente anti-pedagógico que aqueles passem o dia inteiro na Escola, sem tempo para si próprios e para estudar. O estudo, esquece-se, implica ter tempo e não se faz em correria.

No entanto, tenho a certeza que o Ministério decidiu diminuir a carga horária dos alunos por uma razão economicista e não por uma postura pedagógica, pois se assim fosse não aceitaria turmas com um número de alunos excessivo, o que não favorece, e sabemos-lo por experiência, a qualidade do ensino. Esta situação, relativa ao número exagerado de alunos por turma, não acontece, por exemplo, na escola privada, e por alguma razão assim é.

5. «Quanto ao maior rigor na avaliação, através, nomeadamente, da introdução de provas finais no 6º ano», parece-me tão despropositada quanto a reforma de 2003 se ter iniciado pelo secundário, quando o essencial assenta e se consolida nos primeiros anos, especificamente no 1º ciclo. Tudo parece indicar que o receio de pronunciar a palavra «exames» para o 1º ciclo foi determinante nesta decisão ministerial. Com efeito, temos vindo a subaproveitar as capacidades das crianças, tornando-as vítimas da nossa própria negligência, porque é de negligência e de perda de sentido de ensinar que falamos, fruto da imposição de muitas teorias educativas.

Creemos que é importantíssima uma avaliação séria dos conhecimentos no final do 1º ciclo, pois sabemos por experiência que se uma criança no final do 1º ciclo não dominar a leitura e a escrita, essa situação arrastar-se-á pelos ciclos seguintes porque nunca corrigida e tratada com ligeireza, o que está, aliás, em sintonia com a pedagogia da facilidade e do pouco esforço que é dominante na escola, a par da falta de competência de muitos professores, vítimas de uma formação muito pouco exigente. Falar-me-ão de estudos feitos que justificam essa decisão, mas confesso que enquanto não vir provas de aferição sérias e inteligentes, programas do 1º e 2º ciclos bem elaborados e formação consistente de professores, não acreditarei nesses estudos. Não esqueçamos que crianças do 2º ciclo, em recentes provas de aferição, não souberam colocar por ordem alfabética algumas palavras, um exercício que, no entanto, só deveria acontecer ao longo do 1º ciclo, onde é natural aprender o abecedário de cor e dominá-lo bem.

6. No que diz respeito à «aposta na autonomia das escolas», no desejo europeu «de reduzir o controlo central do sistema educativo» preocupa-me um vocabulário comum, seja em Portugal ou em França ou em Espanha, ou em qualquer outro país da Comunidade Europeia, nomeadamente em expressões como «os actores da sua própria educação, ou da

sua formação ou do seu projecto pessoal», «o ensino centrado no aluno» (expressão falsamente bondosa), ou as escolas com a autonomia de decidir o número de horas a atribuir às várias disciplinas (por exemplo a História e a Geografia, entre outras), a intervir nos próprios programas, a estabelecer objectivos de ensino, a definir um projecto educativo, a contratar o seu pessoal docente, poderes, dizem, que interferirão beneficemente na qualidade do ensino, possibilitando ainda uma «igualdade de oportunidades». No caso português, não se compreende bem como é que a autonomia a conceder às escolas privilegiará o ensino e a sua qualidade, quando ainda não se resolveram problemas basilares, nomeadamente, no campo da formação de professores que é bastante deficiente, o que se repercutirá sem dúvida, e de forma prejudicial, no trabalho a desenvolver em alterações programáticas que se façam, ou na elaboração de projectos educativos, ou noutros aspectos ligados ao processo da autonomia das escolas. Negligenciando-se esta situação, estar-se-á a contribuir para a desvalorização da escola pública e conseqüentemente para o agravamento da desigualdade de oportunidades.

Sou também totalmente contrária à municipalização do 1º ciclo pelas situações que tenho vindo a conhecer através de colegas deste nível de ensino.

7. Ainda que não faça parte desta revisão, terei de abordar a insana implementação do AO90, cujo caos da sua aplicação na Escola já se percebe e na própria sociedade. Com efeito, dever-se-ia lembrar que a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário foi contrária à sua aplicação, o que aliás aconteceu com todos os pareceres pedidos a Instituições relacionadas com a Língua Portuguesa. Mas desse facto não se deu conhecimento, omitindo-se até os referidos pareceres.

Como se explica que os alunos já não percebem se afinal em português se escreve «de facto» ou «de fato» como continuamente difunde o jornal *Expresso*? E o que dizer do verbo «contactar» que agora aparece em legendas, em mensagens do Provedor da RTP e noutros sítios assim: «contate», «contatámos», «contatarei». Conhece-se porventura este verbo? Eu não! E o que dizer do caos das facultatividades? E da supressão dos hífen e das maiúsculas, estas últimas por exemplo para as estações do ano, ou para o nome dos planetas, ou para os meses do ano (que por detrás de si têm o nome de deuses)? Ou ainda da supressão de acentos, caso do verbo «parar» que nem o contexto, por vezes, consegue elucidar? «As famílias de palavras» integram o programa do 1º ciclo e eu pergunto como pode uma criança compreender a lógica de se escrever por exemplo «Egito» e depois «Egípcio» para o habitante? Que professor de Português poderá explicar a um aluno que é assim devido a um

decreto, anulando a história etimológica da palavra com o argumento nada científico da «pronúncia», conforme é, infelizmente, referido na Nota Explicativa que acompanha o AO?

Os exemplos pululam em inúmeros artigos e teimosamente finge-se não ver o problema, esquecendo-se até os gastos desmedidos deste AO que continuam e são um escandaloso esbanjamento. Basta lembrar as inúmeras acções para ensinar a escrever «o português correcto».

8. Espera-se agora pela reformulação dos diversos programas e, no caso da disciplina de Português, a mudança deveria ser significativa. Aguardar-se-á o debate que a alteração exige.

Maria do Carmo Vieira